

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO ENCARGADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/16 DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – MATO GROSSO DO SUL

**REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2016**

**Processo Administrativo nº 23005.001708/2015-28**

DISP SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., empresa com sede em DOURADOS/MS, na Rua Cafelândia, 1305, bairro Jardim Água Boa, inscrita no CNPJ sob nº 05.052.780/0001-37, devidamente habilitada e vencedora do certame licitatório em epígrafe, ciente da interposição de Recurso Administrativo pela empresa RONDAI SEGURANÇA LTDA vem, respeitosamente, à presença de V.Sa., por seu representante legal ao final firmado, apresentar CONTRA RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões de fato e de direito que passa expor, que espera seja recebido, processado e julgado segundo os ditames da legislação pertinente em vigor.



## DA TEMPESTIVIDADE

O termo final para a apresentação da presente peça é o dia 20.04.2016, até às 23:59 horas e encontra-se estabelecido no próprio site promotor da licitação, donde se verifica sua tempestividade.

## DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Pugna a Recorrente pela inabilitação da proposta que apresentou o menor preço, aos argumentos de que:

1) teria descumprido o disposto no subitem 44.9 ao não ter apresentado/anexado em sua documentação, a Declaração de regularidade de situação de cadastramento emitida pela Secretaria de Segurança Pública, em nome do licitante, em plena validade e acompanhado de seu alvará, a fim de conferir validade ao referido documento; e que,

2) teria descumprido o disposto no item 44 e subitens 44.1, 44.2 e 44.3 do instrumento convocatório.

## DOS FATOS DE DIREITO

O recurso interposto é, na sua essência, equivocado, pois, conforme se pode apurar de toda a documentação colacionada aos autos pela empresa DISP, não houve a omissão deliberada de qualquer documento ou informação que devesse constar originariamente, em atendimento pleno ao edital, de sua habilitação no presente processo licitatório. O recurso não se sustenta juridicamente, pois

*M*

fundamenta-se em dispositivos isolados e não considera as demais disposições editalícias, jurídicas e razoáveis que confirmar o acerto na classificação da Recorrida, como demonstraremos.

Cumpra destacar que a Recorrente faz meras alegações de determinados fatos e que, no afã de tentar prová-los, fornece dados imprecisos e inverídicos a este Pregoeiro.

Por primeiro, insta realçar que o Edital não prevê um procedimento meramente formal e burocrático, mas uma licitação objetivando a proposta mais vantajosa mediante as garantias de execução e apresentação prévia das condições de habilitação.

Sobre o item 44.9, o edital assim prevê, em relação a uma das peças fundamentais para a habilitação:

*44.9. Declaração de regularidade de situação de cadastramento emitida pela Secretaria de Segurança Pública, em nome do **licitante**, em plena validade, conforme artigo 38 do Decreto n.º 89.056 de 24 de novembro de 1983.*

Na sequência, estes são os termos do art. 38 do Decreto acima referenciado:

*Art. 38. **Para que as empresas especializadas e as que executem serviços orgânicos de segurança operem nos Estados e Distrito Federal, além de autorizadas a funcionar na forma Deste Regulamento, deverão promover comunicação à***



***Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação. (grifos nossos).***

Na peça recursal (fl. 04), a recorrente informa que, no caso, seriam “**Declarações**”, tentando sugerir que mais de uma Declaração deveria ser apresentada, quando na realidade o **edital limitou-se a exigir apenas uma Declaração**, emitida pela autoridade competente. Continuando, a recorrente assevera ainda que a declaração deva estar acompanhada de seu Alvará, para conferir-lhe validade.

Citamos o art. 4º do regulamento da modalidade licitatória pregão, aprovado pelo Decreto 3.555/2000, que assim dispõe:

*Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo**, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas. (grifos nossos)*

Ora, Sr. Pregoeiro, a declaração reclamada fora devidamente apresentada por esta licitante, pois foi enviada a Certidão de regularidade disponibilizada pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Polícia Civil, e emitida em 08.04.2016. A referida certidão inclusive menciona o mesmo artigo 38 do Decreto n.º 89.056 de 24 de novembro de 1983, constante na solicitação do item 44.9 do instrumento convocatório.



Desta forma, a documentação para este item 44.9 foi apresentada e **não se encontra incompleta ou em desacordo com quaisquer disposições do edital.** Além do mais, a documentação está encartada ao processo e disponibilizada para todos os interessados. Neste ínterim, não merece guarida a argumentação da recorrente.

A recorrente afirma, ainda, que esta recorrida infringiu o item 44 do edital. O item 44 é o tópico principal no qual elenca aqueles documentos essenciais à comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes. Assim como os relativos à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e qualificação técnica, previstos na lei de licitações, há a ressalva de que a ausência de ao menos um desses documentos, a inabilitação de qualquer dos partícipes ocorrerá.

Acontece que da forma como indicou em sua peça recursal, a recorrente quer fazer crer que a recorrida deixou de apresentar todos os documentos previstos no item 44 e, via de consequência, não atingiu os índices contábeis exigidos, o que não é verdade. A empresa DISP apresentou todos os documentos exigidos em edital e, além disso, comprovou ter atingido todos os índices contábeis previstos.

Talvez por falta de atenção e zelo no trato das palavras, a recorrente não observou que toda a documentação de habilitação fora anexada ao sistema do referido pregão eletrônico, tempestivamente.

Sendo assim, o subitem 44.1 trata da apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC e Solvência Geral – SG, superiores a 1 (um).



Sem nos delongarmos muito no assunto, a empresa DISP apresentou seu Balanço Patrimonial e, por isso, juntamente com os demais documentos, fora regularmente habilitada no certame pelo Pregoeiro.

Comprovou, também, atingir os índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral em patamares que superaram ao mínimo exigido.

Continuando, a demonstração de pertinência e imprescindibilidade para a garantia do cumprimento do objeto da licitação da exigência de que os licitantes comprovem Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro no valor mínimo de 16,66% (dezesesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor estimado da contratação encontra amparo no subitem 44.2, calçado no simples objetivo de aferir se a licitante terá capacidade de efetuar os pagamentos, por pelo menos dois meses, em razão dos custos incorridos no contrato, especialmente os de mão de obra, obrigações previdenciárias, demais encargos trabalhistas, insumos e materiais.

Isso se dá pelo fato de a Administração somente efetuar o pagamento da fatura após a prestação dos serviços. Além disso, normalmente, há ainda um prazo contratual de 10 dias para se efetivar o pagamento. Devido a tais circunstâncias, a empresa terá de custear com recursos próprios as citadas despesas por, aproximadamente, dois meses sem o efetivo pagamento por parte do contratante. De igual forma, logrou êxito nessa comprovação, uma vez que o capital de giro da empresa DISP é superior ao exigido, em aproximadamente 6,5 (seis vezes e meia).

O Balanço Patrimonial é a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa – Ativo -, assim como suas obrigações – Passivo Exigível – em determinada data. A diferença entre Ativo e Passivo é chamada Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, quer de recursos trazidos de fora da empresa, quer gerados por esta em suas operações e retidos



internamente (Matarazzo, D.C. Análise Financeira de Balanços. São Paulo, 5ª Ed. Editora Atlas, 1998, p. 43).

O Patrimônio Líquido da recorrida, extraído de seu Balanço Patrimonial e que perfaz o valor de R\$ 1.331.764,75, é superior em mais de 3 (três vezes) ao valor resultante da incidência de 10% (dez por cento) do estimado para a contratação. Tudo devidamente comprovado. Ou seja, a empresa DISP possui lastro suficiente para manter e executar os serviços objeto do presente pregão.

Desta forma, e imbuída da responsabilidade que lhe cabe e é peculiar, a Recorrida informou, cumprindo com a finalidade do documento, todos os contratos que, vigentes no momento do processo licitatório, possuíam demanda de recursos financeiros.

Contratos com objetos cumpridos e já quitados ou em fase de rescisão pelas contratantes de nada importam para a avaliação econômico-financeira do presente processo.

Cabe, portanto, a avaliação pormenorizada de cada item apontado pela Recorrente, dirimindo, desta forma, qualquer dúvida que possa restar quanto ao que foi informado na Declaração.

Dos contratos que deixaram de ser considerados ou apresentados, a Recorrida informa que naquele cujo contratante figura a Prefeitura Municipal de Cuiabá - Secretaria de Saúde, a relação jurídica entre as partes contém problemas sérios de inadimplência por parte do órgão, inclusive com descumprimento de acordos cuja fase atual desemboca para a sua iminente rescisão. Por certo a recorrida não poderia ser penalizada pelo não cômputo, em sua relação, de um contrato que o próprio poder público deu causas de falibilidade. Fica nítido, portanto, que não faria qualquer sentido



menção este contrato, vez que já não produz qualquer efeito, positivo ou negativo, na qualificação econômico-financeira da empresa. Assim, a Recorrida em momento algum tentou de alguma forma induzir a erro o Pregoeiro, como quer fazer entender a Recorrente.

Em relação ainda à relação dos compromissos assumidos apresentada, a Recorrente produz provas errôneas e falaciosas ao Pregoeiro. O contrato existente desde o ano de 2011 em que figura como contratante a empresa **Sotreq Revendedora de Máquinas não foi firmado** com esta recorrida e, por este motivo simples, não foi relacionado. Além do mais, pode-se apurar que se trata de contratação específica de serviços de portaria e não de vigilância, como a do caso presente. É incabível, portanto, a alegação.

Visando demonstrar que não houve qualquer má intenção na apresentação dos Contratos e elucidando a leviana insinuação da Recorrente de que os contratos não estão sendo informados com os seus valores corretos, segue abaixo o detalhamento respeitante àqueles citados na sua peça recursal, e que em nada altera a decisão final do Pregoeiro.

**a) Receita Federal MT (contrato anexo):**

Considerou-se o valor mensal do contrato (R\$ 88.197,80) desde o início da execução dos serviços (20/10/2015) até a data do certame (15/02/2016). Como forma de tornar facilitados os cálculos, a recorrida considerou-os como já executados em 5 meses, resultando em R\$ 440.989,00.

**b) Justiça Federal MS (contrato anexo):**





A recorrente alega que o valor total mensal é de R\$ 218.028,98, porém esse foi o resultado homologado e registrado em ata, somente para os 3 lotes. Até o momento, somente o lote 1 foi efetivado (Campo Grande), e o valor mensal é de R\$ 132.087,47. Desde o início da execução dos serviços (16/11/2015) até a data do certame (15/02/2016), resultando em R\$ 528.348,00.

**c) Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
– IFMT (contrato e termo de apostilamento anexo):**

O valor mensal do contrato, conforme o termo de apostilamento é de R\$ 27.809,70. Considerando-se a data de início da execução dos serviços (25/09/2015), e, considerando ainda que tenham sido prestados serviços num prazo de 6 meses para facilitar os cálculos, obteremos o valor de R\$ R\$ 166.858,20.

**d) Justiça Federal do Mato Grosso (contratos anexos)**

O valor mensal do contrato 37/2015 perfaz R\$ 14.749,56, e o do contrato 47/2015, o valor de R\$ 17.950,84. Somando-se os dois, e multiplicando-se esse fator por 5 meses (os serviços tiveram início em 12/10/2015), temos o total de R\$ 163.502,00.

**e) DETRAN/MT (contrato anexo)**

O valor mensal do contrato é de R\$ 477.928,94, e teve início em 01/02/2016. Ao considerarmos 02 meses de vigência, conforme a forma de arredondamento citada, temos o total de R\$ 955.857,88.



Ao considerarmos a forma de arredondamento de valores para instruir a relação dos contratos, o Pregoeiro pode fazer uso do artigo 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05, que assim prevê:

*§ 3o No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.*

Em continuidade à defesa dos fatos desconexos descritos na peça recursal que a recorrente apresentou, cumpre destacar ainda que fantasiou uma memória de cálculo para demonstrar um hipotético índice de 0,64, a indicar que o Patrimônio Líquido da recorrida seria insuficiente para suportar os compromissos assumidos. A memória de cálculo apresentada em nossa declaração resulta no índice de 1,20, mas a recorrente o ilustra com um cálculo a menor, totalmente equivocado. Veja-se:

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{R\$ 1.331.764,75} \times 12 \text{ (PATRIMÔNIO LÍQUIDO)}}{\text{R\$ 24.694.590,56} \quad \textbf{(FATURAMENTO 2014)}} = 0,64$$

Torna-se perfeitamente perceptível que o cálculo demonstrado pela recorrente, **considera o faturamento bruto do ano de 2014** para o cálculo, quando para o contexto seria a adoção dos contratos vigentes à época do certame. Ou seja, o cálculo é completamente infundado.



Além do mais, a recorrente tenta, permanentemente, induzir a erro o Pregoeiro, pois com seu jogo de palavras, quer firmar o entendimento de que os índices de liquidez exigidos são analisados em conjunto com a demonstração dos compromissos assumidos.

É bom que se esclareça que o índice de Liquidez Geral é mais um indicador da saúde financeira da empresa. Basicamente este índice é calculado como a divisão entre a soma do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo e a soma do passivo circulante e o passivo realizável a longo prazo. É uma medida da capacidade de pagamento de todo passivo exigível da empresa. O índice indica o quanto a empresa poderá dispor de recursos para honrar todos os seus compromissos.

Já o índice de Liquidez Corrente é um dos índices mais conhecidos e utilizados na análise de balanços, sendo utilizado como medidor da saúde financeira das empresas. Indica quanto a empresa poderá dispor em recursos de curto prazo (disponibilidade, clientes, estoques etc) para honrar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos de curto prazo, contas a pagar etc).

De outra vertente, caso o patrimônio líquido da empresa seja inferior a 1/12 avos do valor total anual constante da relação de compromissos, ficará caracterizado que numa eventual falência a empresa não terá condições econômicas de honrar o passivo trabalhista de seus empregados, fato que, por certo, gerará transtornos e prejuízos à administração tanto na esfera administrativa, como no judiciário trabalhista.

Ou seja, a verificação da boa situação financeira da empresa se fará pela análise dos índices colhidos do balanço e demais demonstrações do último exercício social.



Não se cumula capital mínimo ou patrimônio líquido com índices contábeis de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral.

*A qualificação econômico-financeira não é, no campo das licitações, um conceito absoluto. É relativo ao vulto dos investimentos e despesas necessários à execução da prestação. A qualificação econômico-financeira somente poderá ser apurada em função das necessidades concretas, de cada caso. (Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos. São Paulo: Dialética, 2004, p. 451)*

O Parágrafo único do art. 4º, do regulamento da modalidade licitatória pregão, aprovado pelo Decreto 3.555/2000, que assim dispõe:

*Parágrafo único. **As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados**, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. (Grifei).*

A preservação da ampla disputa objetiva à Administração obter a proposta mais vantajosa, conforme nos ensina Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15ª ed., pág. 61):

*Na maior parte dos casos, os contratos administrativos são um meio para a Administração Pública ou aprovisionar-se de bens e serviços mediante pagamento ou desfazer-se da titularidade de bens ou serviços. Logo, toda e qualquer contratação administrativa*



*envolve uma solução quanto ao uso de recursos escassos de titularidade de um sujeito administrativo.*

*Existe um dever de a Administração adotar a escolha mais eficiente para a exploração dos recursos econômicos de sua titularidade. Portanto e como regra, **a licitação visa a obter a solução contratual economicamente mais vantajosa para a Administração.***

*(...)*

*A vantagem caracteriza-se como a satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. **A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.** (Grifei).*

Nesse contexto, ante o princípio da vantajosidade e o da verdade real dos fatos, não se justificaria a preterição da proposta da ora RECORRIDA, ainda que houvesse alguma falha formal. Reitere-se que não houve nenhuma.



Conforme demonstrado, foi precisa a demonstração dos Contratos que importam na qualificação econômico-financeira da Recorrida, não cabendo, portanto, a afirmação de qualquer ato ilícito, ou, sequer, má-fé na emissão do documento solicitado, pois não houve qualquer procedimento, por parte desta recorrente, tendente a provocar uma fraude processual, nem má fé ou intenção de conturbar o processo licitatório, mormente, salvo maior juízo, interpretação equivocada das exigências de edital.

Resta claro, portanto, que o recurso ora interposto é nada mais que uma mera tentativa desesperada e inconveniente da Recorrente de se manter viva no processo, visto que o contexto não lhe foi favorável.

Por outro lado, a Recorrida demonstrou responsabilidade e coerência durante todo o processo, ofertando a proposta mais vantajosa a esta Instituição, apresentando documentação impecável, e buscando sempre manter atitude cortês e séria, condição indispensável para a boa convivência comercial.

Desta forma, não cabe qualquer reforma na decisão inicial deste Pregoeiro, senão a manutenção da decisão já proferida de classificação e habilitação da empresa DISP VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

#### DO PEDIDO

Diante de todo o exposto e valorizando e ressaltando o habitual zelo, repassado por severo nível de rigor que convém a todo órgão da Administração Pública e cômicos do bom senso que norteia e dá diretriz à atividade do administrador, a Recorrida, em razão dos relevantes argumentos trazidos à tona, pleiteia:

a) a manutenção da decisão ora atacada, permanecendo-lhe com a adjudicação do objeto licitado, haja vista que, além de ter oferecido a melhor proposta,



demonstrou cabalmente sua qualificação e, sobretudo reafirma sua competência e responsabilidade, pois em momento algum agiu com objetivo de frustrar ou fraudar o certame licitatório.

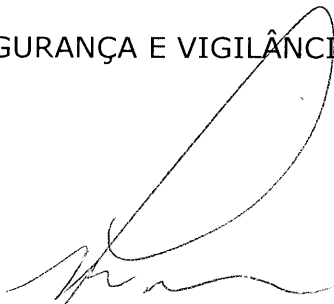
Pelo exposto, após sábia e douda apreciação de Vossa Senhoria, requer e espera serem julgadas improcedentes as alegações da Recorrente, para reconhecer classificação e plena habilitação da Recorrida, com o prosseguimento do processo com vistas a ultimar a sua contratação.

Termos em que.

Pede deferimento.

Campo Grande/MS, 20 de abril de 2016.

DISP SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.



**Márcio Augusto Yoshimoto Pereira**

Gerente de Contratos e Licitações

Márcio Augusto Yoshimoto Pereira  
RG: 700737 SSP/MS  
CPF: 700.936.901-59

05.052.780/0001-37

DISP - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

RUA CAFELÂNDIA, 1305  
JARDIM ÁGUA BOA - CEP 79.812-020  
DOURADOS - MS